

GDF pede Cr\$ 400 bi para a

Educação

Jornal de Brasília

O Governo do DF encaminhou proposta de implantação de nova tabela salarial no setor de Educação ao Governo Federal, na última sexta-feira. O GDF está pleiteando suplementação orçamentária de Cr\$ 400 bilhões junto a União para implantar na área de Educação a nova tabela salarial, a gratificação da dedicação exclusiva (55%) e a gratificação de atividades (80%). Roriz, após contatos com o presidente Itamar Franco e o ministro do Planejamento Paulo Haddad, está otimista na busca de solução para a crise no setor.

Segundo a secretaria de Educação, Stella dos Cherubins, apesar da greve, os pais de alunos devem ficar tranquilos, pois o ano letivo não está perdido. Ela tem informações de que o Sindicato dos Professores, visando obter apoio da comunidade para o seu movimento, tem percorrido as escolas informando que a greve está inviabilizando o fechamento do ano letivo.

A secretaria esclarece que o calendário foi estendido até o mês de fevereiro de 1993 e, logo após a volta dos professores às atividades, um novo estudo será feito, de modo que os alunos não tenham prejuízos no seu aprendizado.

Outra informação de Cherubins é sobre os estudantes que prestarão vestibular para 1993. Ela lembra que, além de haver sido marcada a abertura do vestibular da UnB para fevereiro, a Fundação Educacional, logo após a greve, vai monitorar atendimento especial para atender aos interesses desses alunos.

Com relação a questão salarial, Renato Riella, secretário de Administração e Trabalho, afirma que os estudos referentes às perdas salariais dos professores a partir de novembro de 1991 foram apresentados ao Ministério do Planejamento pelo secretário da Fazenda, Everardo Maciel, juntamente com a proposta de correção da tabela salarial. Ele acredita que a argumentação "está bem fundamentada e é consistente", podendo ser constatada pelo Ministério a queda do padrão salarial dos professores do ano passado até os dias de hoje.

Prazo prestabelecido — Da proposta feita ao Governo Federal, há um componente com prazo prestabelecido, que é o crescimento da gratificação de atividades de 30%

para 80% a partir de novembro. Está sendo negociada com o Ministério do Planejamento a vigência da gratificação da dedicação exclusiva, que na União foi implantada a partir do mês de setembro no percentual de 55%.

A negociação envolve também a aplicação de uma nova tabela salarial que compense as perdas inflacionárias sofridas pelos professores e que já foi discutida pelo governador, com o sindicato.

O interesse demonstrado pelo secretário executivo do Ministério do Planejamento, Antônio Magalhães, na reunião com o secretário Everardo Maciel, leva Roriz a esperar que a partir do início dessa semana, o GDF possa tomar providências para aplicar benefícios salariais dirigidos à categoria.

Salário para Saúde — A situação salarial do setor de Saúde também está sendo negociada pelo GDF com o Ministério do Planejamento, prevendo-se a aplicação da nova tabela salarial a partir de novembro de 92 e também a ampliação da gratificação de atividades para o percentual de 30% no mesmo mês, como acontece no Governo Federal.

No mês de outubro, os servidores da Saúde ainda receberam salários pelo antigo sistema que previa o cálculo da remuneração em termos comparativos com os profissionais de Previdência. Para a aplicação da nova realidade salarial, a partir de novembro, o Governo do DF apresentou proposta à União de suplementação orçamentária da ordem de Cr\$ 250 bilhões.

O secretário Jofran Frejat, da Saúde, tem negociado diretamente com os médicos da Fundação Hospitalar que estão em greve, mantendo apenas 30% de funcionamento dos serviços de emergência. Para estes profissionais e também para os profissionais de nível médio está sendo feita a negociação com o Ministério do Planejamento, tendo em vista que os salários do setor Saúde são pagos com recursos repassados pelo Governo Federal.

A discussão da nova tabela salarial do setor foi feita calculando-se a perda salarial a partir de janeiro de 1991 e os estudos já encaminhados ao Ministério do Planejamento são claros no sentido de que o salário real caiu neste período.

Vanilir Maciel